

# Redes de Colaboração Solidária

Euclides André Mance  
IFIL, Curitiba, 11/2002

## Definição

A noção de rede é peculiar à teoria da complexidade, guardando traços advenientes da cibernética, da ecologia e de outras elaborações sistêmicas em diferentes áreas. A noção de *rede* coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de auto-poiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede. Assim a consistência de cada membro depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais.

A noção de Rede de Colaboração Solidária, enquanto categoria analítica, resulta da reflexão sobre práticas de atores sociais contemporâneos, compreendidas desde a teoria da complexidade e da filosofia da libertação. Enquanto categoria estratégica é elemento central da chamada revolução das redes, na qual ações de caráter econômico, político e cultural se realimentam subvertendo padrões e processos hegemônicos mantenedores do capitalismo avançando para a construção de uma globalização solidária.

Nesta segunda acepção, considerando-se o seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável,

antagônico ao capitalismo. Quatro são os critérios básicos de participação nessas redes: a) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; b) busque-se preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas (respeitando-se todavia a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis); c) compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração.

O objetivo básico dessas redes é *remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas*: a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem do mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços, etc; b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. O reinvestimento coletivo dos excedentes possibilita reduzir progressivamente a jornada de trabalho de todos, elevar o tempo livre para o bem viver e aprimorar o padrão de consumo de cada pessoa.

A viabilidade desta alternativa pós-capitalista depende da difusão do consumo solidário {VER}, de reinvestimentos coletivos de excedentes e da colaboração solidária entre todos. Em uma rede as organizações de *consumo, comércio, produção e serviço*, mantêm-se em permanente conexão em fluxos de materiais (produtos, insumos, etc), de informação e de valor, que circulam através da rede.

As propriedades básicas dessas rede são autopoiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade,

realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação. A gestão de uma rede solidária deve ser necessariamente democrática, pois a participação dos membros é inteiramente livre, respeitando-se os contratos firmados entre os membros. Entre suas características estão: descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo

Com efeito, quando *redes locais* deste tipo são organizadas, elas operam no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão, e começam a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. As Redes de Colaboração Solidária portanto: a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; b) atendem demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo, pela afirmação de sua singularidade negra, feminina, etc; c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural, e d) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

## **Gênese e Desenvolvimento Histórico**

Nas últimas décadas surgiram em todo o mundo, nos campos da economia, política e cultura, inúmeras redes e organizações na esfera da sociedade civil lutando pela promoção das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, constituindo-se

embrionariamente em um setor público não-estatal. Redes e organizações feministas, ecológicas, movimentos na área da educação, saúde, moradia e muitos outros na área da economia solidária e pela ética na política - para citar apenas alguns - vão se multiplicando, fazendo surgir uma nova esfera de contrato social. O avanço de uma nova consciência e de novas práticas sobre as relações de gênero, sobre o equilíbrio dos ecossistemas e sobre a economia solidária, por exemplo, não emerge nas esferas do mercado ou do Estado. O consenso sobre essas novas práticas tem sido construído no interior de redes em que pessoas e organizações de diversas partes do mundo colaboram ativamente entre si, propondo transformações do mercado e do Estado, das diversas relações sociais e culturais a partir de uma defesa intransigente da necessidade de garantir-se universalmente as condições requeridas para o ético exercício das liberdades públicas e privadas.

A progressiva e complexa integração dessas diversas redes, colaborando solidariamente entre si, colocou no horizonte das possibilidades concretas a realização planetária de uma nova revolução, capaz de subverter a lógica capitalista de concentração de riquezas e de exclusão social e diversas formas de dominação nos campos da política, da economia e da cultura.

Iniciando-se nos campos da cultura e da política, essas redes avançaram progressivamente para o campo da economia, afirmando a necessidade de uma democracia total, que somente se realiza introduzindo-se e implementando-se mecanismos de autogestão das sociedades em todas as esferas que a compõem. Não se trata, portanto, apenas do controle político da sociedade sobre o Estado, mas igualmente do controle democrático da sociedade sobre a economia, sobre a geração e fluxos de informação, sobre tudo aquilo que afeta a vida de todos e de cada um e que possa ser objeto de decisões humanas.

Nas últimas décadas tivemos o surgimento e/ou propagação de inúmeras práticas de colaboração solidária no campo da

economia, entre as quais elencam-se: renovação da Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores, *Fair Trade* ou Comércio Équo e Solidário, Organizações Solidárias de Marca e Etiquetagem, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Sistemas Locais de Intercâmbio com Moedas Sociais, Redes de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Micro-Crédito, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Solidárias, Movimentos de Boicote, difusão de Softwares Livres, entre outras práticas de economia solidária. Significativas parcelas de organizações que se inscrevem nessas práticas e que, em seu conjunto, cobrem os diversos segmentos das cadeias produtivas (consumo, comércio, serviço, produção e crédito) começaram a despertar recentemente para ações conjuntas em rede, ao passo que outras já atuam dessa forma, há mais de três décadas. O crescimento mundial dessas redes, indica a ampliação de novos campos de possibilidade para ações solidárias estrategicamente articuladas com o objetivo de promover as liberdades públicas e privadas que começam a ser debatidos nos fóruns sociais mundiais.

### **Atualidade e Importância. Principais Controvérsias**

A nova geração de redes que começa a surgir baseada nessa idéia de colaboração solidária, carrega consigo características de inúmeras práticas solidárias bem sucedidas de diversas redes específicas anteriormente organizadas. Partindo-se dessas práticas e compreendendo-as desde o paradigma da complexidade, pode-se organizar estratégias de colaboração solidária com a capacidade de expandir novas relações sociais de produção e consumo, difundindo uma nova compreensão de sociedade, em que o ser humano, considerado em suas múltiplas dimensões, pode dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informativas para realizar eticamente a sua singularidade, desejando e promovendo a liberdade dos demais.

Essas Redes de Colaboração Solidária, atuando sobre as condições necessárias ao exercício das liberdades, podem estrategicamente avançar na construção de uma nova formação social, que se configure como uma sociedade pós-capitalista.

Economicamente, trata-se da difusão do consumo e labor solidários. O consumo solidário significa selecionar os bens de consumo ou serviços que atendam nossas necessidades e desejos visando tanto realizar o nosso livre bem viver pessoal, quanto promover o bem viver dos trabalhadores que elaboram aquele produto ou serviço, como também visando manter o equilíbrio dos ecossistemas. De fato, quando consumimos um produto em cuja elaboração seres humanos foram explorados e o ecossistema prejudicado, nós próprios somos co-responsáveis pela exploração daquelas pessoas e pelo prejuízo ao equilíbrio ecológico, pois com nosso ato de compra contribuimos para que os responsáveis por essa opressão possam converter as mercadorias em capital a ser reinvestido do mesmo modo, reproduzindo as mesmas práticas injustas socialmente e danosas ecologicamente. O ato de consumo, portanto, não é apenas econômico, mas é também ético e político. Trata-se de um exercício de poder pelo qual efetivamente podemos apoiar a exploração de seres humanos, a destruição progressiva do planeta, a concentração de riquezas e a exclusão social ou contrapor-nos a esse modo lesivo de produção, promovendo, pela prática do *consumo solidário*, a ampliação das liberdades públicas e privadas, a desconcentração da riqueza e o desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável. Ao selecionar e consumir produtos identificados pelas marcas das redes solidárias nós contribuimos para que o processo produtivo solidário encontre seu acabamento e que o valor por nós dispendido em tal consumo possa realimentar a produção solidária em função do bem viver de todos que integram as redes de produtores e consumidores.

O *labor solidário* significa, além dos aspectos referentes à autogestão e corresponsabilidade social dos trabalhadores, que o

excedente do processo produtivo – o qual sob a lógica capitalista é acumulado por grupos cada vez menores – seja reinvestido solidariamente no financiamento de outros empreendimentos produtivos, permitindo integrar às atividades de trabalho e consumo aqueles que estão sendo excluídos pelo capital, ampliar a oferta de bens e serviços solidários e expandir as redes de produtores e consumidores, melhorando as condições de vida de todos que aderem à produção e ao consumo solidários. Assim, com os excedentes gerados nos empreendimentos solidários podem ser organizados novos empreendimentos produtivos criando-se oportunidade de trabalho para desempregados, propiciando-lhes um rendimento estável que se converte, graças ao consumo solidário praticado por esses mesmos trabalhadores, em aumento de consumo final de produtos da própria rede, gerando-se assim mais excedentes a serem investidos. Os novos empreendimentos a serem organizados visam produzir aquilo que ainda é adquirido no mercado capitalista pelos membros da rede, sejam bens e serviços para consumo final ou insumos, materiais de manutenção e outros itens demandados no processo produtivo. Esse expediente – acompanhado de uma crítica dos padrões capitalistas, ecologicamente insustentáveis de produção e consumo – visa corrigir os fluxos de valor, a fim de que o consumo final e o consumo produtivo não deságüem na acumulação privada fora das redes, mas possam nelas realimentar a produção e o consumo solidários, completando os segmentos das cadeias produtivas sobre os quais as redes ainda não tenham autonomia.

Nesta estratégia de rede, sob o que começa a ser denominado “*Paradigma da Abundância*”, quanto mais se distribui a riqueza, mais a riqueza de todos aumenta, uma vez que tal distribuição se faz remunerando o trabalho que gera ainda mais riqueza a ser reinvestida e repartida. Desse modo, as populações que estavam anteriormente excluídas, ao serem incorporadas ao processo produtivo e ao receberem uma justa remuneração pelo seu trabalho, podem consumir produtos e serviços solidários que garantam o seu bem viver, realimentando o próprio processo

produtivo sob parâmetros ecologicamente sustentáveis. Acordos coletivos no interior das redes permitem ajustar estruturas de custos e de preços sob parâmetros que viabilizem a sua autopeiose, como uma alternativa à *lógica da escassez* que regula os preços nos mercados sob o binômio oferta e procura. Sob a lógica da escassez que regula os mercados, em que os agentes operam visando a obtenção de lucros ou outras vantagens privadas, a abundância na oferta tende a gerar uma queda de preços, que podem mesmo chegar abaixo dos custos de produção, situação, por exemplo, em que agricultores que produzem raízes são obrigados a deixar grande parte dos alimentos produzidos apodrecer embaixo da terra – pois sob a lógica do mercado não haverá como cobrir os custos da operação de colheita –, embora preferissem realizá-la, sabendo que mais de um bilhão de pessoas vivem em condição de pobreza extrema no mundo e teriam interesse em consumir esses alimentos. As necessidades desse contingente famélico, entretanto, não operam como *demanda* sob a lógica de mercado, pois tal segmento não dispõe dos valores econômicos requeridos para realizar alguma troca por aquilo que satisfaça as suas necessidades. Assim, sob a lógica da escassez que regula os mercados, não há como viabilizar que populações famintas possam consumir toneladas de alimentos que irão apodrecer, estejam elas em outros continentes ou no interior do próprio país em que a abundância da produção – aumentando a oferta no mercado – inviabiliza a recuperação dos custos da própria colheita e, muito frequentemente, do próprio plantio. Ainda sob essa mesma lógica da escassez, as taxas de juros elevadas forçam uma parte daqueles agricultores, que tenha contraído dívidas para o plantio, a vender parcelas de suas terras, visando saldar o empréstimo realizado, pois a supersafra obtida pelo conjunto dos produtores, graças à competência de seu trabalho produtivo e às condições ambientais favoráveis àquela lavoura, os impede de saldar as dívidas contraídas.

Pelo contrário, sob a perspectiva das *redes de colaboração solidária* trata-se pois, no campo econômico, de garantir a



produção, a distribuição, o emprego ou o consumo das mediações materiais necessárias à realização das liberdades públicas e privadas, eticamente balizadas. O princípio de diversidade implica na promoção da satisfação de demandas singulares, não em função do lucro, mas em razão do bem viver de cada uma e de todas as pessoas, compondo-se da melhor maneira possível o exercício solidário das liberdades. A conexão em rede do consumo e produção em laços de realimentação, com distribuição de renda, é o que viabiliza economicamente a consistência e expansão desse sistema solidário (MANCCE:2.000:120-156).

Busca-se, portanto, integrar consumo, comercialização, produção e crédito em um sistema harmônico e interdependente, coletiva e democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades da reprodução sustentável do bem viver das pessoas em todas as suas dimensões, inclusive, nos âmbitos da cultura, arte e lazer.

Politicamente, as redes de colaboração solidária defendem a gestão democrática do poder, buscando garantir a todas as pessoas iguais condições de participar e decidir não apenas sobre as atividades de produção e consumo praticadas nas redes, mas também, nas demais esferas políticas da sociedade, visando combater toda forma de exploração de trabalhadores, expropriação de consumidores e dominação política ou cultural, enfatizando o valor da cidadania ativa na busca do bem comum e da cooperação entre os povos.

Ora, sendo a rede, em sua dimensão econômica, baseada no consumo e no trabalho solidários, ela se constitui simultaneamente como rede política, isto é, a rede econômica não pode sobreviver sem que seus membros assumam uma outra concepção sobre os princípios que regem a convivência entre as pessoas, particularmente, a superação do individualismo pelo colaboracionismo solidário, buscando a melhor maneira de compor o exercício coletivo e pessoal da liberdade. Sob a

dinâmica das redes de colaboração solidária o desejo do outro em sua diferença implica, micropoliticamente, na ação de promover a realização das diversas singularidades, eticamente orientadas, do modo mais pleno possível. Macropoliticamente, implica na transformação estrutural da sociedade, suprimindo a dicotomia entre o formulador da demanda social e o seu reformulador político, através de mecanismos democráticos de autogestão pública, que a rede exercita na sua própria consistência. Com a promoção das liberdades pública e privada, o crescimento da rede amplia o seu poder político – em razão de aglutinar um segmento cada vez maior da sociedade em torno de sua proposta de sociedade pós-capitalista – o que permite a constituição de um novo bloco social, capaz de promover revoluções molares sustentadas por inúmeras revoluções micropolíticas de caráter molecular e de transformar a estrutura e a gestão dos governos e dos Estados.

No campo da informação e educação, as redes de colaboração solidária buscam promover da melhor maneira possível a circulação da informação e geração de interpretantes que não apenas permitam ampliar os conhecimentos de cada pessoa, suas habilidades técnicas e domínios tecnológicos ou a sua competência em produzir e interpretar novos conhecimentos necessários às tomadas de decisão em todas as esferas de sua vida, mas que além disso permitam recuperar a sensibilidade, a auto-estima e outros elementos de ordem ética e estética imprescindíveis à realização do bem viver de cada pessoa e de toda a coletividade.

Sob este aspecto, destaca-se a relevância de uma das propriedades inerentes à rede que é o ininterrupto fluxo de informações. Promovendo a livre interação comunicativa entre os participantes, garantindo a todas as mediações materiais para a emissão e recepção de mensagens a qualquer participante da rede, ela sustenta o fluxo solidário de informações relevantes para as decisões particulares sobre as questões que se colocam a seus membros. Também neste campo são requeridas mediações

adequadas para atender, entre tantas outras, demandas educativas, de qualificação profissional, de desenvolvimento artístico e científico – condições necessárias ao exercício da liberdade de cada um e ao bem viver de todos.

Eticamente as redes de colaboração solidária promovem a solidariedade, isto é, o compromisso pelo bem viver de todos, o desejo do outro em sua valiosa diferença, para que cada pessoa possa usufruir, nas melhores condições possíveis, das liberdades públicas e privadas. Desejar a diferença significa acolher a diversidade, de etnias, de religiões e credos, de esperanças, de artes e linguagens, em suma, acolher as mais variadas formas de realização singular da liberdade humana que não neguem as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Promover as liberdades significa garantir às pessoas as condições materiais, políticas, informativas e educativas para uma existência ética e solidária.

## **Referências**

- MANCE, Euclides André. *Redes de Colaboração Solidária*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002
- MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000